

Pedaladas na Educação Superior



Cesar Silva
Bacharel e pós-graduado em Administração, especialista em Sistemas de Informação. Presidente da Fundação FAT

O ano de 2016 encerrou-se com menos expectativas positivas do que o esperado pelos educadores. Ao longo do ano, foram colhidos resultados de um modelo educacional arcaico, equivocado e sem foco no real aprimoramento das metodologias de aprendizagem.

Foram momentos de muita turbulência administrativa e insegurança financeira nacional. Como consequência, o setor da Educação Superior passou por mais do que uma crise financeira, pois grande parte das instituições de Ensino Superior viveram um período de inadimplência do próprio governo federal. As centenas de IES que aderiram a programas associados a políticas públicas de acesso à educação, como o Bolsa-Formação do *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (Pronatec) e o Fies ficaram meses sem receber os devidos repasses referentes às mensalidades dos alunos matriculados.

As famosas pedaladas fiscais que foram desenvolvidas com o suporte dos bancos públicos se repetiram nos programas de

acesso à educação, tendo as instituições de Ensino Superior privadas como financiadoras das promessas do governo e com a crueldade de não informar às IES dessa proposta de financiamento. Com o atraso do repasse dos valores devidos em até 4 meses consecutivos, as instituições chegaram a financiar mais R\$ 700 milhões para o governo federal.

Agora, para 2017, esse financiamento não espontâneo por parte das instituições privadas será substituído pelo pagamento da remuneração administrativa dos bancos que concedem o Fies. A Medida Provisória 741, publicada no Diário Oficial da União de 15 de julho de 2016, repassa para as IES um custo de 2% sobre o valor dos repasses educacionais liberados; assim, para o volume de contratos vigentes em 2017, o governo federal se desonerará de cerca de R\$ 400 milhões, repassando esse custo às IES privadas, desta vez, cientes ao aderir ao programa de 2017.

Esse custo conhecido não é o que assusta o setor em 2017, mas sim o que está implícito e desconhecido e que pode afetar ainda mais a motivação da



população para aderir ao Ensino Superior. A insegurança administrativa persiste, e o governo federal se mostra transitório. Já o Ministério da Educação não traz soluções imediatas para motivar a população a se dispor a cursar programas de graduação com tantas inseguranças que ainda persistem. Isso reflete no número de ingressantes no Ensino Superior, que caiu nos últimos dois anos, apesar do esforço voluntário e dos involuntários impostos às IES privadas.

O Plano Nacional de Educação tem meta específica e clara para o número de alunos matriculados no Ensino Superior, a Meta 12, que propõe a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta. Porém, mesmo com a manutenção da oferta do Fies e, apesar de uma alíquota de juros de 6% versus a anterior, de 3,45%, a procura por esse programa se mostrou inferior ao número de vagas oferecidas.

Não é por falta de demanda e de cidadãos com idade e dentro do perfil de

acesso ao Ensino Superior que isso ocorre. Em 2016, mais uma vez, o número de participantes no Enem foi recorde, passando de 8,6 milhões de inscritos. No entanto, a perspectiva de continuidade direta de estudos para o Ensino Superior não se mostra proporcionalmente nas inscrições nos programas públicos de acesso. Apesar de continuarem com menos vagas, nem todas são preenchidas e, mesmo com estímulos de propostas de financiamento próprio, as IES apresentam dificuldades em repetir o número de matrículas de anos anteriores.

Mais do que as dificuldades financeiras, o que existe é a falta de confiança. Neste caso, as instituições não têm como contribuir, pois desconfiam dos próximos passos que serão trilhados. Assim, se a Educação Superior é um objetivo nacional, com metas estabelecidas em um plano homologado como lei no remoto ano de 2014, alguns esforços muito mais consistentes precisam ser ativados para haver um melhor 2017 para o Brasil, com a Educação Superior contribuindo. ■

diretoria@fundacaofat.org.br